Existe um lobby das farmácias apoiado pela Ministra da Saúde?

21 Setembro, 2026



Unidades Locais de Saúde (ULS) obrigadas a abrir concursos públicos para comprar agulhas e seringas para dar às farmácias comunitárias.

A COVID-19 permitiu perceber a importância de termos em Portugal uma reserva estratégica de, nomeadamente, agulhas e seringas. As agulhas e seringas dessa reserva estratégica têm vindo a ser entregues, ao longo dos últimos anos, às farmácias comunitárias, para que estas concretizem as campanhas de vacinação sazonal. Agora, para este ano, e estando a reserva estratégica nacional depauperada (foi sendo utilizada e não foi reposta), o Ministério da Saúde deu orientações à SPMS para que, por sua vez, desse orientações às Unidades Locais de Saúde no sentido de estas abrirem concursos públicos para a aquisição de agulhas e seringas para posteriormente serem entregues às farmácias.

O mesmo Ministério da Saúde que não aprova os Planos de Desenvolvimento Organizacional das ULS e que, consequentemente, estrangula o seu funcionamento, nomeadamente pelo protelamento do pagamento de dívidas aos fornecedores, é o mesmo que impõe a abertura de concursos públicos, no final, para entregar material às farmácias.

Relembramos que as vacinas também são fornecidas pelo Ministério da Saúde às farmácias.

O SEP, sobre a entrega da vacinação às farmácias, tem mantido uma oposição fundamentada no seguinte:

- **Significa um desinvestimento no SNS:** a transferência de dinheiros públicos para o setor privado (farmácias) constitui um desmantelamento gradual do SNS (que o Governo tem como objetivo). A vacinação da população sempre foi feita de forma eficiente nos Centros de Saúde.

- **Significa uma perda de continuidade de cuidados:** a relação de proximidade e confiança entre os enfermeiros de família e os utentes é fundamental para garantir a eficácia da vacinação e o seu acompanhamento clínico.

- **Pode significar menos monitorização e menos segurança:** a dificuldade de controlo sobre quem foi vacinado e a possibilidade de intercorrências durante e após a inoculação não é de desvalorizar.

São milhões de euros que todos os anos o Ministério da Saúde transfere para as farmácias.

São milhões de euros que todos os anos são subtraídos do SNS e das Unidades Locais de Saúde para, nomeadamente, contratarem recursos humanos e, em concreto, enfermeiros.

São milhões de euros necessários para pagar aos fornecedores das ULS que, não o sendo, retiram a margem de negociação aos Conselhos de Administração.

Nota enviada aos media a 21 de setembro de 2026